



**X COLÓQUIO  
INTERNACIONAL**  
"Educação e Contemporaneidade"  
22 a 24 de Setembro de 2016  
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

## **SEXUALIDADE, DEFICIÊNCIA MENTAL E MEDIAÇÃO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL**

JEAN CARLOS CERQUEIRA PEREIRA

RAPHAELA DANY FREITAS SILVEIRA GONÇALVES

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

~RESUMO O presente artigo trata do resultado de uma pesquisa de campo realizada numa classe do 1º ano do Ensino Fundamental numa escola da rede privada de Feira de Santana-Ba, a qual pretendeu perceber de que modo a inclusão de uma criança com Deficiência Mental e suas manifestações de sexualidade são tratadas e mediadas em sala de aula. Considerando o processo educacional como mediador das relações sociais, a família como alicerce e os deficientes como agentes desse meio, a escola inclusiva surge como promotora dessas relações, ressaltando também a importância da ação dos professores e da escola frente à necessidade de adequarem-se para receberem estes alunos e integrá-los num ambiente sem preconceitos, garantido sua permanência na classe comum do ensino regular, mas também o desenvolvimento social do aluno com deficiência.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Ensino e Aprendizagem; Ensino Regular; Sexualidade.

ABSTRACT The present article treats of the result of a field research accomplished in a class of the 1st year of the Fundamental Teaching in a school of the private net of Fair of Santana-nanny, which intended to notice that way a child's inclusion with Mental Deficiency and their sexuality manifestations are treated and mediated at classroom. Considering the education process as mediator of the social relationships, the family as foundation and the deficient ones as agents of that middle, the inclusive school appears as promoter of those relationships, also emphasizing the importance of the teachers' action and of the school front to the need of they be adapted for us to receive these students and to integrate them in an atmosphere without prejudices, guaranteed his/her permanence in the class common of the regular teaching, but also the social development

Key-words: Inclusion education; Teaching and Learning; Regular Teaching; Sexuality

~~A educação tem a função social de formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel e de poder intervir na sociedade. Desse modo, a educação tende a contribuir para a emancipação dos indivíduos, estimulando as potencialidades dos alunos. Ela faz-se necessária ao indivíduo, pois, favorece as relações sociais e também é o meio pelo qual a sociedade se renova, constituindo-se ainda num processo de transmissão cultural. Com um papel importante na construção e formação do caráter do indivíduo, a educação tem uma função bem maior.

Nas palavras de Freire (2007) a educação proporciona a emancipação e promove a autonomia e a consciência crítica dos educandos. Neste sentido, a educação deve estender-se a todos os homens sem distinção de cor, credo ou qualquer outro tipo de discriminação. Assim, a educação também é direito das pessoas que necessitam de atendimento educacional especializado, já que: A igualdade diz respeito aos direitos humanos e não às características das pessoas, enquanto seres que sentem, pensam e apresentam necessidades diferenciadas e que, por direito de cidadania devem ser compreendidas, valorizadas e atendidas segundo suas exigências biopsicossociais individuais (...) (CARVALHO<sup>1</sup>, 2006, p. 17) Logo, faz-se necessário que haja uma educação inclusiva, que favoreça a todos sem distinção. Vygotsky (2003) elucida que a aprendizagem é o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes e valores, a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. Neste sentido, privar crianças, adolescentes e adultos desta relação é transformar a educação numa via de segregação.

A inclusão da criança especial no contexto escolar não é um processo rápido, mas um desafio para ser enfrentado por pais e todos os educadores. Vygotsky (2003) destaca que o ser humano nasce apenas com recursos biológicos, porém, com a convivência social, com seus valores e sua cultura, esses recursos concretizam o processo de humanização (de desenvolvimento humano), essencialmente possível por meio do processo de ensino e aprendizagem.

Desse modo, a educação precisa ser amplamente difundida para todos os indivíduos, em todos os lugares e por todos os agentes envolvidos no ensino, com responsabilidade e com o objetivo de melhorar a qualidade do desempenho das atividades desenvolvidas. Amparando-se às ideias de Freire (2007) de que os homens se educam através das suas mediações, reforça-se o pensamento de que através das relações sociais e da escola - enquanto espaço ampliado destas relações - as oportunidades devam ser garantidas à todos, oferecendo-lhes diferentes modalidades de atendimento educacional que permitam assegurar-lhes o êxito na aprendizagem e na participação (CARVALHO<sup>2</sup>, 2006).

Neste sentido, é necessário que o currículo escolar seja revisto, e que pais e professores atentos a essas necessidades, busquem melhorias, no sentido de transformar a educação inclusiva numa realidade. É necessário também, que exista uma reavaliação das políticas públicas, no sentido de

quebrar barreiras que existem referentes a esta questão e fazer valer as leis que amparam. Carvalho<sup>1</sup> (2006, p. 72) afirma que: O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo assegurar (o que a lei faz) e, principalmente (o que deve constar dos projetos – políticos pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola. Assim, cabem também aos professores, gestores e as próprias instituições educacionais buscarem meios para receber e conservar a permanência destes alunos na sala de aula. Cursos de especialização, extensão e formação continuada nas áreas específicas, podem contribuir diretamente para o bom andamento das atividades escolares, uma vez que através da relação direta com as crianças, o professor cria suas próprias estratégias para medir a aquisição dos conhecimentos em seu aspecto cognitivo.

Outro ponto a ser considerado na questão da educação inclusiva, é a quebra do preconceito, uma vez que a Declaração de Salamanca (1994, p. 10) afirma que “as escolas regulares são os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando sociedades mais abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva”. Neste sentido, a educação inclusiva, busca de modo permanente e contínuo a garantia de oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento da pessoa com deficiência, assegurando não só o seu acesso, mas também articulando a rede para atender o indivíduo na sua integralidade.

Conforme afirma Abe (2010, p. 2) O foco da educação inclusiva não é massificar o ensino ignorando necessidades específicas. Ao contrário, é proporcionar atendimento eficaz às diferentes demandas dos estudantes. Incluir é administrar diferenças. O que precisa ser definitivamente excluído é o preconceito. Partindo dessa perspectiva, a inserção dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, perpassa por toda essa discussão de aceitação ou não de alunos com deficiência em escolas regulares, provocando então uma reflexão sobre as diversas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento que uma educação regular pode proporcionar. É importante construir uma nova visão, colocando a deficiência na lógica da cidadania e dos direitos, respeitarem a diferença, proporcionando igualdade de oportunidades, sem discriminação ou preconceitos.

Um dos grandes desafios quanto à educação inclusiva, refere-se à formação do professor. Muitos destes não estão preparados para receber alunos com necessidades educacionais especiais. As discussões sobre a formação de professores para trabalharem com a inclusão e escolarização adequada de pessoas com necessidades educacionais especiais surgiram a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomteim, Tailândia em 1990, que apontaram as habilidades e competências que os professores deveriam dominar, a exemplo da adaptação de conteúdos, e da prática pedagógica, sem desconsiderar o tratamento especializado.

Bueno (1999) aponta quatro desafios que a educação inclusiva impõe à formação de professores: formação teórica sólida ou uma formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o “saber” como o “saber fazer” pedagógico; formação que possibilite dar conta das mais diversas diferenças, entre elas, as crianças deficientes que vem sendo incorporadas no processo educativo regular; formação específica sobre características, necessidades e procedimentos pedagógicos para as diferentes áreas da deficiência. Sobre a formação do professor, Pimenta (1999 apud FERREIRA, 2002, p. 122) salienta que:

A identidade do profissional da educação não é algo estático, fixo não suscetível de mudanças. Pelo contrário, é um dado mutável, dinâmico, não é externo de tal forma que possa ser adquirido e emerge de um contexto histórico como respostas às necessidades postas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade. A formação de professores deve ser elemento central para elevar a qualidade da educação, assim, deve se continuar, a fim de atender às novas demandas que a educação propõe. Perrenoud (2002) afirma que o professor em seu trabalho deve criar situações que estimulem a capacidade de raciocínio de seus alunos, utilizando métodos alternativos para facilitar e desenvolver o conhecimento e as habilidades destes.

Neste sentido, surge a necessidade da especialização do professor para o atendimento educacional especial. Os professores precisam aprender sobre as deficiências, distúrbios, transtornos, dificuldades e saber diferenciá-los entre si. O professor é o agente determinante na transformação da escola, e, tem nas mãos a responsabilidade e a possibilidade de realizá-la.

**2 DEFICIÊNCIA E SEXUALIDADE** Pensar em sexualidade na escola implica em repensar conceitos e pré-conceitos. Neste sentido, a educação escolar representa uma via de acesso para uma afirmação de uma Educação Sexual que vise o respeito à orientação sexual bem como um ambiente pedagógico que favoreça essa discussão. Discutir sobre sexualidade, em diferentes contextos educacionais, tem sido bastante debatido, contudo, no campo da educação inclusiva, há uma limitação nas discussões e/ou mesmo nas intervenções sobre tema.

Fundamental na formação da personalidade está intrinsecamente relacionada aos pensamentos e ações. Sendo assim, a sexualidade se expressa também através do corpo, na subjetividade única de cada sujeito. Ela mostra sua dimensão existencial, quando pensada como direito individual, da ordem do íntimo, que envolve o sujeito em sua totalidade. Ela manifesta sua dimensão social, quando as peculiaridades adquiridas emergem da sociedade em que o sujeito está inserido. Assim, falar sobre a sexualidade dos deficientes implica em abordar o conceito da sexualidade humana de forma ampla, em toda sua dimensão, ou seja, abrangendo os aspectos físico-biológicos, socioculturais, econômicos e políticos.

Nunes (1997, p.30) afirma que desde o nascimento a sexualidade está presente na vida do ser humano. É na família que as primeiras manifestações da sexualidade são observadas. Contudo, o que se observa e se ouve das famílias é que as mesmas têm dificuldade em tratar o tema com as

crianças, uma vez que a mídia também influencia nesta discussão. Assim, falar de sexo também envolve uma questão histórico-cultural e social.

Neste sentido, Nunes (1997, p. 15) elucida que,

Falar em sexualidade implica retomar alguns recursos metodológicos: A história, a antropologia, a moral e a evolução social. Não se fala da sexualidade de maneira fragmentada, dividida, estanque. As relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes. Esse relativismo não pode ser irresponsável. Ele nos permite perceber a construção social da sexualidade sem, contudo, fazê-lo de modo destrutivo ou imaturo.

Falar da sexualidade de pessoas deficientes implica um conhecimento das especificidades de cada deficiência em relação ao desenvolvimento psicosssexual, entendido como um processo de educação sexual aos quais todos estamos sujeitos, num dado contexto social. Neste sentido, tratando-se do ambiente escolar, a escola deve estar preparada para trabalhar com a questão do sexo e sexualidade em seu meio. Assim, para Paula, Regen e Lopes (2011, p. 125) referindo-se à escola e ao papel do professor consideram que:

(...) aprender significa produzir se e se apropriar de conhecimentos a respeito de si, dos outros, do mundo e das relações entre eles, o papel do educador é acompanhar os alunos nas suas descobertas, proporcionar-lhes experiências diversificadas e enriquecedoras, apoiá-los e aceitá-los, mantendo sempre uma atitude ética e de respeito. Neste sentido, a escola e o professor são centrais para o desenvolvimento dos alunos com deficiência, na medida em que pode proporcionar novas formas de construção e de intervenção. E, "por se tratar de um local de formação para o convívio social, a escola é um local privilegiado para ensinar e aprender a lidar com a sexualidade de todos, inclusive das pessoas com deficiência." (PAULA, REGEN e LOPES, 2011, p. 125).

Tratando-se da escola inclusiva e das pessoas com deficiência, este tópico gera mais polêmica ainda, uma vez que, os deficientes, são vistos como exacerbadamente sexuais ou assexuados. Neste aspecto, Paula, Regen e Lopes (2011, p. 30), ponderam que "a sexualidade faz parte da vida de todo ser humano, tenha ele deficiência ou não."

Deste modo, inclusão, na perspectiva de um ensino de qualidade para todos, deve exigir de seus agentes, posicionamentos que impliquem num esforço para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes e das suas necessidades. Nas palavras de Paula, Regen e Lopes (2011, p. 48), A inclusão é um processo bilateral: o individuo busca se ajustar as exigências sociais, mas a sociedade também procura se adaptar par atender às suas necessidades. O conceito de deficiência deixa de estar centrado exclusivamente no individuo, para ser concebido a partir da relação homem/meio. A deficiência surge das possibilidades e limitações oferecidas pelo meio. Trata-se, portanto, de um

conceito apoiado em um modelo social. Logo, sendo a sexualidade uma construção social, não pode ser negada o seu exercício a qualquer indivíduo, pois estaria sendo negada, uma condição humana. A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular vai além do que atender as emergências da educação.

Deste modo, a educação constitui-se como elemento norteador dos processos sociais e de formação do indivíduo. Assim, o professor deve fazer com que sejam valorizadas as necessidades e especificidades dos deficientes e também permitir que a inclusão tome novos rumos e aconteça de fato, e, que todas as barreiras sejam quebradas.

**3 O PERCURSO METODOLÓGICO** A presente pesquisa tratou-se de um estudo de caso, de cunho qualitativo, com o qual se buscou, a partir do discurso de uma professora do 1º ano do Ensino Fundamental de uma turma de 15 alunos, sendo um desses, deficiente mental, analisar o comportamento e as manifestações de sexualidade deste aluno e de que modo os mesmos são mediados.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, permitindo que o/a autor/a se envolva diretamente na situação, e possibilitando a observação dos agentes no seu cotidiano (MINAYO, 1998). Para fundamentar melhor este trabalho, procurou-se analisar o caso à luz de autores que escrevem sobre o assunto.

**4 DISCUTINDO O CASO** A professora que participou desse estudo tem mais de 10 (dez) anos de experiência na Educação Infantil e já trabalhou com crianças deficientes em suas turmas. Atualmente, ela trabalha com uma turma de 15 alunos e alunas do 1º ano do Ensino Fundamental. Um destes alunos é Deficiente Mental. A relação dele com a turma é muito tranquila. Segundo a professora, os colegas não manifestam nenhum tipo de preconceito, contudo, os momentos mais delicados acontecem quando ele manifesta com gestos ou falas questões que denotam uma sexualidade "exagerada", conforme os discursos emitidos pelos colegas. Da exibição dos órgãos genitais às falas de "gostosa", seguidas de uma "lambida nos lábios." O aluno que aqui será chamado de José, avança sobre alguns colegas, especialmente no momento do intervalo com "carícias" e outros afagos. Assim, para Paula, Regen e Lopes (2011, p. 26) A sexualidade é um atributo de todo ser humano e suas manifestações se dão em qualquer espaço onde haja convivência. Portanto, é de se esperar que, com as mudanças que estão ocorrendo, as pessoas com deficiência, assim como as demais, também se expressem em seu cotidiano. Neste caso, o ambiente escolar, torna-se propício para José, uma vez que na escola é um ambiente que proporciona as interações entre os indivíduos (e segundo os relatos da mãe para a professora, as outras crianças tinham medo dele), logo, ele encontrou um ambiente acolhedor, onde pode mostrar-se sem receios. Contudo, segundo a professora, alguns alunos das outras séries, apesar de não demonstrarem preconceito ou medo, se afastam quando percebem que ele está "carinhoso

demais”.

Desse modo, é preciso compreender também que o deficiente mental, como qualquer outra pessoa, tem necessidades de expressar sua sexualidade e a maneira como ele faz isso acaba produzindo, muitas vezes, certo grau de constrangimento social (e familiar). Reprimir a sua sexualidade não vai fazer com que ela não seja manifestada, logo, é preciso que na escola, os professores, estejam preparados para lidar com tais manifestações. O currículo escolar também deve ser revisto, no sentido de atender às crianças com necessidades educacionais especiais. Pimentel (2006, p. 55) destaca que: Uma proposta curricular para atender à diversidade precisa estar pautada em princípios, dentre os quais o reconhecimento das diferenças e a busca de ações favoráveis para atendê-las em suas necessidades através de um processo de mediação pedagógica que envolva o diagnóstico dessas necessidades e o estabelecimento de uma ajuda ajustada à diversidade de alunos específicos. Outras manifestações sexuais de José, segundo, a professora, acontece no momento de ir ao banheiro. Ele é um menino autônomo, sabe usar o banheiro sozinho, mas às vezes pede ajuda a ela para desabotoar os botões da calça ou abaixar seus shorts, nesse momento, ele se mostra excitado. Questionada sobre sua postura nesses momentos, ela destacou que ainda o acompanha ao banheiro, mas quando solicitada para que o ajude a desabotoar as calças ou shorts, ela diz a ele que este sabe como desabotoar as calças e o incentiva a fazer sozinho.

Podemos considerar que esta atitude da professora demonstra sabedoria e sensibilidade, em não reprimir o aluno, mas encorajá-lo a agir por si só. Chauí (1991, p. 9) considera que a “[...] a repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições permissões, normas, valores, regras estabelecidos históricos e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade”. Em relação às brincadeiras com os colegas de sala, e demonstrações da sexualidade, José, segundo a professora demonstra maior interesse com as colegas que ele não conhecia antes, o que para ela, sugere uma espécie de “atenção diferenciada” (grifo nosso) para com as colegas que já tinha contato, e demonstrando um interesse maior, especialmente com as colegas de outras turmas. Assim, tomamos como resposta, as impressões de Glat (1992), a qual comenta que é um estereótipo associar aos deficientes mentais uma incapacidade de expressar suas emoções, desejos e sentimentos. Negar que os deficientes mentais tenham sentimentos, é negar a própria natureza humana. Gejer (2006) destaca que o deficiente mental tem necessidades como qualquer outro indivíduo, e isso inclui demonstrar seus interesses e vontades.

Nesse sentido, a postura do professor frente às manifestações sexuais é de muita importância, pois da sua resposta depende a formação da personalidade do aluno (deficiente ou não) A manifestação da sexualidade da criança requer do educador muita atenção, não se trata de um patrulhamento, mas observação, orientação e clareza.

Para Glat (1992) a sexualidade da pessoa com deficiência mental (a não ser nos casos

neurologicamente mais prejudicados) não é qualitativamente diferente dos demais, logo lidar com essa questão, também não deverá ser diferente de uma criança ou adolescente sem deficiência. Portanto,

Encarar a sexualidade dessa população como algo natural, não como um tema obscuro e restrito, ajuda a explicitar o conjunto de significados que a sociedade escreve naquele corpo e libertá-lo desses conteúdos subliminares, que burocratizam, restringem e bloqueiam suas experiências pessoais e afetivas. (PAULA, REGEN e LOPES, 2011, p. 145) Deste modo, a educação constitui-se como elemento norteador dos processos sociais e de formação do indivíduo. Assim, o professor deve fazer com que sejam valorizadas as necessidades e especificidades dos deficientes e também permitir que a inclusão tome novos rumos e aconteça de fato, e, que todas as barreiras sejam quebradas. 5 CONSIDERAÇÕES A escola deve estar preparada para trabalhar com a questão do sexo e sexualidade em seu meio. Cada vez mais se faz necessário que este tema seja tratado nas escolas de maneira simples, respondendo a questões de modo esclarecedor.

Marti (apud TOVAR, 1995, p.21) afirma que “não existe igualdade social sem igualdade de conhecimento”. Logo, na educação inclusiva esta questão deve ser tratada também de modo que os deficientes compreendam a sexualidade de maneira simples.

Na educação inclusiva (e não apenas nela) esta questão deve ser tratada de modo que pais e professores estejam conscientes de que a educação sexual correta desde cedo promove o bom desenvolvimento do ser humano. A sexualidade desenvolve-se através de relações interpessoais e a escola que exerce um papel social de mediar o conhecimento deve responder a estas questões de forma clara e transparente, já que “a atitude acolhedora, otimista e sem julgamento da família e do educador, é fundamental para ajudá-los a solucionar suas dificuldades e a valorizar suas potencialidades” (PAULA, REGEN e LOPES, 2011, p. 97).

Deste modo, faz-se necessário apontar que a questão da sexualidade, não pode ser vista como um fato isolado dos outros aspectos da vida de uma pessoa com deficiência, visto que a sexualidade é inerente à dimensão humana. É um direito que não deve ser negado. É preciso que pais, professores e a comunidade escolar como um todo, contribuam para que os deficientes possam participar de todas as etapas da vida, dando-lhes esclarecimentos e responsabilidades para o seu próprio desenvolvimento, ampliando desse modo, as oportunidades de aprendizagem, adaptação e socialização.

## **REFERÊNCIAS** ABE, Junji. **Educação Inclusiva para combater preconceito.**

Disponível em:

<http://>

[www.](http://www.junijabe.com)

[junijabe.com](http://www.junijabe.com)



/artigo. Acesso em 23 de fevereiro de 2012. ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural; orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. BUENO, Jose G. S. A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas considerações. IN: BUCUDO, M. A; SILVA Jr C. A. (orgs) **Formação de educadores e avaliação educacional**. São Paulo. UNESP, 1999. CARVALHO<sup>1</sup>, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre. Mediação, 2006. CARVALHO<sup>2</sup> Maria de F. **Conhecimento e vida na escola: convivendo com as diferenças**. Campinas. Autores Associados, Ijuí. Inijuí, 2006. CHAUI, Marilena. **Repressão sexual, essa nossa (des)conhecida**: 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. GIROUX, Henry. Praticando estudos culturais nas Faculdades de Educação. In: SILVA, T. (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos Estudos Culturais em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. GLAT, Rosana, FREITAS, Rute Cândida de. **Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, vol. II) PAULA, Ana Rita de; REGEN, Mina; LOPES Penha. **Sexualidade e Deficiência: rompendo o silêncio**. São Paulo. Expressão e Arte. 2011 MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre. Artmed, 2003. NUNES, César: **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papyrus, 1997. PERRENOUD, Philippe. **A formação dos professores no século XXI**. Porto Alegre. Artmed. 2002. PIMENTEL, Susana Couto. As práticas pedagógicas na atenção às necessidades educativas especiais dos alunos: uma análise a partir das teorias do currículo. IN: SANTOS, Marilda Carneiro (org). **Educação Inclusiva em foco**. Feira de Santana. UEFS, 2006. TOVAR, Carlos M. **¿Democracia en Cuba?** Havana: Editorial José Martí, 1995. UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Brasília. Distrito Federal. Corde. 1994. VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo. Martins Fontes, 2003.

**\*Jean Carlos Cerqueira Pereira** Professor de Ensino Básico Pedagogo-UEFS Especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior-Visconde de Cairu cerper2@hotmail.com

**\*\*Raphaela Dany Freitas Silveira** \*\*Professora do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia Professora da Educação Básica pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana Mestre em Educação-UEFS Pedagoga-UEFS raphaelafreitas23@gmail.com

Recebido em: 04/07/2016

Aprovado em: 05/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: